

Entre a preservação e a “arenização”: a patrimonialização dos estádios do Maracanã e do Pacaembu

Between preservation and “arenization”: the heritagization of the Maracanã and Pacaembu stadiums

Guilherme Moreira Gomes da Cruz*
moreiraguilherme75@gmail.com

RESUMO: A incidência de um processo de arenização dos estádios de futebol tem provocado um impacto sobre a formatação das praças esportivas e sobre as práticas torcedoras. Explorando a potencialidade dos estádios para pensar a expressão do fenômeno esportivo a partir da relação estabelecida entre os agentes sociais e os espaços, o objetivo do artigo é analisar a atribuição de valores na patrimonialização dos estádios do Maracanã e do Pacaembu. A preservação dos estádios está permeada por questões identitárias que são infligidas pela imposição de uma lógica de consumo associada ao processo de globalização da economia.

PALAVRAS-CHAVE: Futebol, Estádios, Patrimônio Cultural, Arenização.

ABSTRACT: The incidence of a process of arenization in football stadiums has had an impact on the format of sports venues and on fan practices. Exploring the potential of stadiums to think about the expression of the sporting phenomenon based on the relationship established between social agents and spaces, the objective of the article is to analyze the attribution of values in the patrimonialization of both Maracanã and Pacaembu. The preservation of stadiums is permeated by identity issues that are tensioned by the imposition of a logic of consumption associated with the process of globalization of the economy.

KEYWORDS: Football, Stadium, Cultural Heritage, Arenization.

Introdução

Nos últimos anos o emprego do termo “arenização” se tornou mais recorrente nos debates sobre o futebol no Brasil, em especial nos trabalhos acadêmicos¹, sobretudo a partir das reformas implementadas em estádios no contexto de preparação para a Copa do Mundo de 2014. Apesar de iniciado anteriormente, sediar o principal torneio de seleções de futebol

* Doutorando em História na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO.

¹ Longe de servir como um levantamento bibliográfico extenso, apenas para destacar uma parte dessa produção em dissertações e teses, seguem alguns exemplos. As dissertações de Antonio Holzmeister Cruz (2005); Andréia Juliane Drula (2015); Irlan Simões Santos (2017); Mathias Inácio Scherer (2017); Fabiana Cristina de Lima (2019); e as teses de Martin Christoph Curi (2012); Demian Garcia Castro (2016). Fernando da Costa Ferreira (2017).

fortaleceu um movimento mais amplo de mudanças adotadas no futebol brasileiro que vão além das intervenções sobre os estádios (MASCARENHAS, 2014). Desse modo, o termo “arenização” é parte de um conjunto de expressões – “comodificação”, “mercantilização”, “neoliberalização”, “americanização”² – elaboradas para explicar uma série de medidas empreendidas no futebol. São ideias que podem ser complementares, mas que por vezes concorrem para um melhor entendimento dos aspectos desse processo, e que não nos cabe nesse momento definir quais seriam as mais adequadas. O que é fundamental é o que essas expressões têm em comum: o esforço para compreender a inserção do futebol numa lógica de espetacularização e consumo extremado.

A “arenização”, ainda que esteja imbricada a outras questões da espetacularização e do consumo esportivo, corresponde à maneira como esse processo tem impactado mais especificamente sobre os estádios de futebol. Em meio a um processo de (re)elitização³ das praças futebolísticas, os estádios têm sido concebidos ou remodelados a partir de um conceito de arena multiuso. As arenas apresentam características arquitetônicas distintas dos “estádios arcaicos” como a instalação de cadeiras em todos os setores, como a padronização das coberturas, ou como a diminuição da capacidade de público, e o fim dos setores populares. São equipamentos concebidos com base numa retórica da multifuncionalidade, característica marcante da indústria esportiva estadunidense que é tida como necessária para a potencialização do consumo e para a redução da importância do esporte na manutenção financeira e utilitária desses espaços (SANTOS, 2017).

As arenas, além da multiplicidade de usos para diferentes finalidades, têm sua notoriedade garantida pela forte preocupação com conforto e segurança. O conforto se aplica muitas vezes na ideia de todos assistirem ao espetáculo em seus assentos, mas também no oferecimento de diversos serviços complementares aos eventos futebolísticos, restaurantes, bares, lojas, que acrescentariam valor de consumo ao espaço. A segurança que estabelece uma oposição mais perceptível em relação ao modelo antigo, porque ele era visto como falho nesse sentido, garantiria ao espectador a tranquilidade para acompanhar o espetáculo, da sua chegada até sua saída, sem a perturbação de possíveis transgressores. Estádios que funcionavam ou ainda

² Sobre o uso dessas expressões, ver VIMIEIRO, Ana Carolina; QUEIRÓZ, Alice; MALDINI, Giovana; MARTINS, Maria Carolina. A economia cultural do futebol brasileiro no século XXI: comodificação, hibridiz e contradições. *Revista de História do Esporte*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 1-34, 2019.

³ A modalidade foi introduzida no Brasil como uma atividade cultural da população abastada, fazendo dos espaços e da prática do futebol objeto de distinção social. Portanto, os estádios da era amadora do futebol são considerados lugares elitizados e espaços de exclusão (CAMPOS, 2014).

funcionam no modelo antigo em muitos casos apresentaram problemas graves de falta de segurança e de acessibilidade, eram/são espaços que poderiam estar associados à expressão de identidades masculinas extremadas⁴, o que, por vezes, os tornam locais hostis com a reafirmação de preconceitos estruturais contra mulheres, pessoas com deficiência, pessoas negras, e pessoas da comunidade LGBTQIAPN+. Ainda assim, os partidários do projeto de arenização mobilizaram esses elementos, conforto e segurança, não exatamente como um preceito de inclusão, mas sim como mais uma estratégia de enaltecimento para a potencialização dos lucros que o estádio-arena poderia propiciar. Mas a segurança levada a cabo pode ser interpretada como disciplinação e cerceamento das práticas torcedores tradicionais, e o conforto ofertado, pela elevação dos custos, pode gerar um movimento de exclusão socioeconômica.

A leitura fundamentalmente mercadológica presente no modelo de arenas impõe uma centralidade da função prática dos estádios, nesse caso a de proporcionar o maior lucro para seus administradores. No entanto, conforme argumentado pelo antropólogo Arlei Damo (2021), os estádios se formam na coexistência entre uma função prática e uma dimensão simbólica. Os estádios não funcionam apenas como objetos esvaziados de sentidos, eles são como uma “entidade que articula um conjunto extenso de relações estéticas e políticas, com variações de época e de propósitos” (DAMO, 2021, p. 214). A construção dessa dimensão simbólica, assim como da função prática, tem como alicerce as relações que são moldadas a partir do encontro dessa entidade que é o estádio com as pessoas que o frequentam, o vivenciam, o experenciam. Quando a interlocução com esses atores sociais é interrompida (MASCARENHAS, 2007; PINHEIRO, 2021), formando espaços excludentes e voltados exclusivamente ao consumo passivo (MASCARENHAS, 2013), nos cabe indagar sobre quais os sentidos atribuídos aos estádios concebidos ou reestruturados dentro de um modelo de arenização.

Nesse contexto estão inseridas as reformas de dois estádios brasileiros. O primeiro deles, o Maracanã, localizado no Rio de Janeiro, construído como sede da Copa do Mundo de 1950, foi reformado na esteira dos eventos esportivos Jogos Pan-Americanos, Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016. O segundo, o Pacaembu, em São Paulo, inaugurado em 1940, passou por uma reforma em 2008 e foi concedido à iniciativa privada em 2019, com uma nova reforma em andamento e previsão de reabertura para 2024. Ambos os estádios foram

⁴ Sobre a relação entre identidades masculinas e o esporte, ver BRITO, Leandro Teófilo de. Da masculinidade hegemônica à masculinidade queer/cuir/kuir: disputas no esporte. Revista Estudos Feministas, v. 29, 2021.

incluídos em livros de tombamento de instituições ligadas à preservação do patrimônio cultural, o Maracanã foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 2000, e o Pacaembu foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) em 1998.

Assumindo uma noção de patrimônio que não o concebe a partir de valores intrínsecos, mas sim na atribuição de sentidos e significados, uma operação que integra sempre materialidade e imaterialidade (CHUVA, 2012), podemos pensar como os estádios do Maracanã e do Pacaembu foram tornados patrimônios. A patrimonialização deve ser compreendida como uma ação de identificação de valores culturais atribuídos aos bens e de reconhecimento social deles (NOGUEIRA, 2014). Assim, o objetivo principal desse artigo é analisar a patrimonialização dos dois estádios, refletindo sobre sua seleção como patrimônio e sobre quais valores foram atribuídos a eles, assim como prescrever a gestão dos bens após o tombamento frente as reformas implementadas no contexto de arenização. Intenta-se compreender como a valoração dos bens pôde ser afetada por eles terem sido submetidos a reformas estruturais.

Além da tentativa de examinar mais uma camada da arenização dos estádios ao refletir sobre a ligação entre esses equipamentos e o campo da preservação do patrimônio, esse é um trabalho que busca explorar como o espaço/lugar é um aspecto central para compreensão do fenômeno esportivo. O sociólogo Pierre Bourdieu (2013) argumenta que o espaço social se realiza de forma mais ou menos completa no espaço físico, fazendo do espaço algo sempre marcado e construído socialmente. Do mesmo modo, o lugar ocupado no espaço social reificado, o espaço físico que foi apropriado, no qual o poder é afirmado e exercido, pode afetar a representação que os agentes sociais têm de sua própria posição e de suas práticas (BOURDIEU, 2013). Por conseguinte, o *habitat* contribui para produção do *habitus*, e o *habitus*, por meio dos usos sociais, para fazer o *habitat* (BOURDIEU, 2013). Em síntese, a complexidade de pensar os lugares do esporte se faz evidente porque os espaços não são estáticos, são engendrados pela relação com os agentes sociais. Por exemplo, o geógrafo John Bale (1988), ao mobilizar a ideia de topofilia, entende que a partir dos sentidos atribuídos aos lugares da prática esportiva são produzidos sentimentos de pertencimento, lealdade e orgulho. Investir nos espaços com enfoque nos estudos sobre o esporte deve nos permitir explorar a dinamicidade desse fenômeno que está constantemente atravessado por interesses concorrentes.

Pautados nesses e em outros preceitos, o texto foi desenvolvido em três partes e uma conclusão. Na primeira parte buscou-se investigar como é construída as conexões entre uma nova forma de administrar o futebol, a implementação de políticas neoliberais, e a globalização da economia. Na segunda parte, com base na análise dos processos de tombamento, a proposta foi compreender como a patrimonialização dos estádios do Pacaembu e do Maracanã pode ser inserida nesse contexto. Na sequência, a ideia foi questionar como, mesmo após a aprovação dos tombamentos, a arenização de ambos os estádios pode afetar o estatuto de tombamento e qual o impacto sobre os bens.

O Futebol-negócio e a globalização da economia

Tanto o processo de arenização instalado no país quanto a realização dos eventos que o fortaleceu são questões que extrapolam os assuntos que se restringem ao Brasil, posto que o esporte tomou a proporção de uma temática mundial. Pensando as práticas esportivizadas na modernidade ocidental, o esporte moderno institucionalizado e fundamentado na atuação de órgãos deliberativos e administrativos se consolidou sobretudo durante o século XX. Nessa esteira, o esporte se tornou um elemento importante na cultura e no cotidiano de inúmeras populações não europeias⁵. Assim como algumas outras modalidades, o futebol se torna, com diferenças entre períodos históricos específicos, um vetor do processo de globalização (GIULIANOTTI; ROBERTSON, 2009).

Giulianotti e Robertson (2009) propuseram uma interpretação da história do futebol em cinco fases, sendo as duas últimas as mais representativas de um futebol inserido no processo de globalização da economia e da tecnologia. Essa periodização possibilita estabelecer diferenças fundamentais da organização do futebol ao logo do século XX, principalmente. Se até a década de 1960 o período foi marcado pela consolidação do profissionalismo, pela aproximação entre os nacionalismos e o futebol, pela afirmação da centralidade da Fifa com o crescimento no número de países associados, o período subsequente é caracterizado por uma virada econômica da modalidade (GIULIANOTTI; ROBERTSON, 2009). Ainda que a espetacularização do futebol não seja criação desse novo momento, assim como o

⁵ Compreender a marca histórica do estabelecimento do chamado esporte moderno não é o mesmo que desconsiderar a ação de sociedades não ocidentais nesse processo já que esses agentes se posicionaram de forma a resistir, adaptar, transformar, a produzir também cultura esportiva. Sobre essa questão ver CLEVINGER, Samuel M. Sport history, modernity and the logic of coloniality: A case for decoloniality. **Rethinking history**, v. 21, n. 4, p. 586-605, 2017; e BALE, John & CRONIN, Mike. **Sport and Postcolonialism**. New York: Berg, 2003.

atravessamento com questões de cunho econômico, a partir dos anos 1960 a modalidade passou a ser cada vez mais orientada por uma lógica econômica⁶.

Sem dúvida essas foram medidas ocasionadas por múltiplos fatores. As mudanças em curso no universo do futebol desde as décadas de 1960 e 1970 são contemporâneas à adoção e consolidação de políticas econômicas neoliberais em escala global. Apesar de originado três décadas antes de seu avanço, a implementação de um ideal neoliberal nas políticas econômicas de governos ocidentais se deu a partir de 1973 como uma resposta a alguns problemas do período. O historiador Perry Anderson (1995) destaca as baixas taxas de crescimento econômico e as altas taxas de inflação, enquanto o geógrafo David Harvey (2007) menciona a tentativa de restabelecer as condições para a acumulação de capital e a restauração do poder de classe. Ambos os autores compreendem que a preeminência do neoliberalismo pós-1973 se deve ao contexto de crise gerado por fatores distintos, aos caminhos escolhidos pelas elites econômicas para lidar com a recessão, e à naturalização dessa lógica como a única resposta possível. De modo complementar, Harvey (2007) defende que o programa neoliberal se assenta globalmente, ainda que de maneira geograficamente desigual, com base no trabalho de instituições internacionais como da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Inserido nesse contexto, o futebol também foi afetado pelos impactos do neoliberalismo. A virada econômica do futebol se deu, portanto, por meio da sua aproximação com a lógica neoliberal, processo capitaneado pela Inglaterra paralelamente legitimado também por instituições atuantes nas relações internacionais, como a já mencionada Fifa mas também as confederações. No que diz respeito aos estádios de futebol, a bibliografia especializada no tema tem apontado como um divisor de águas a tragédia de Hillsborough⁷, uma espécie de evento fundador da nova tipologia dos estádios (CRUZ, 2005; SANTOS, 2017). A necessidade de transformar os estádios em arenas multiuso, assim como de mudar o perfil de quem frequentava esses espaços, de disciplinar o comportamento dos torcedores, de tonar cada pedaço do estádio uma zona disponível para anúncios de propaganda, está fixada em premissas do neoliberalismo econômico. A responsabilização dos torcedores pelo trágico incidente em 1989

⁶ Algumas dessas mudanças são um indicativo desse processo: a aproximação com o modelo de financiamento das ligas esportivas do EUA; o estabelecimento de relações de propaganda com empresas privadas; o televisionamento dos jogos em escala global; a profusão de jogadores que passaram a migrar para os centros de maior investimento; a conversão dos próprios clubes em empresas.

⁷ O estádio de Hillsborough recebeu em 1989 a partida de semifinal da Taça da Inglaterra entre Liverpool e Nottingham Forest, mas ainda no início do jogo a superlotação de alguns setores do estádio teria provocado o esmagamento de torcedores, causando a morte de 96 pessoas e o ferimento de outras 766.

em Hillsborough, da mesma forma que em outros episódios⁸, e a elaboração do Relatório Taylor como desdobramento disso, são marcas históricas da reformulação mercantilista que promoveu a elitização das praças esportivas.

Irlan Santos (2017), ao abordar uma atualização das investigações, conclui a partir da matéria publicada pelo *The Guardian* em 2012, que entre as causas da tragédia de Hillsborough estava os erros na condução da confusão e a negligência das forças de segurança. Com a superexposição da violência e a culpabilização exclusiva de torcedores, o episódio funcionou como uma oportunidade para angariar apoio à mercantilização do futebol, logo, Hillsborough pode ser vista atualmente como “uma grande fraude que mudou o futebol mundial” (SANTOS, 2017, p. 87). Publicado em 1990 como resposta à Hillsborough, o Relatório Taylor compilou o que seriam os principais problemas do futebol inglês e propôs medidas para que eles fossem superados. Entre os problemas apontados estava o consumo de bebidas alcoólicas e a estrutura ultrapassada dos estádios, e entre as soluções apresentadas nas 76 recomendações era requisitada a substituição de todos os setores em que se assistia aos jogos em pé (*terraces*) por arquibancadas com assentos, a introdução de novas leis para penalizar infrações cometidas dentro do estádio, e a identificação eletrônica de torcedores transgressores (CRUZ, 2005).

O programa neoliberal inglês introduzido por Margareth Thatcher ao longo dos anos 1980, sedimentado na década seguinte impulsionou a ideia de modernização no futebol inglês (PRONI, 2000). A chegada ao poder de outras lideranças que seguiam a cartilha das políticas neoliberais explica de certo modo como tal modelo de gestão se espalhou para outros países e se tornou no período um alicerce da globalização da economia. No universo do futebol a participação de figuras como João Havelange é indispensável para entender a ligação entre a modalidade e o neoliberalismo. A partir de 1974, com a eleição de João Havelange à presidência da Fifa, se acelerou o processo gradual de exploração do futebol como objeto de consumo. O dirigente brasileiro, bem relacionado com o empresariado desde os tempos de sua presidência na Confederação Brasileira de Desportos (ROCHA, 2019), calcado no televisionamento e na venda de anúncios potencializada pelos interesses de grupos do setor de comunicação, liderou a transformação do futebol em uma indústria de escala internacional (SANTOS, 2017). A Fifa e a Uefa passaram, por exemplo, a requisitar nas competições organizadas por elas o uso de estádios mais modernos, buscando melhorar o produto-espetáculo tanto para os torcedores que

⁸ Hillsborough foi precedido por outros episódios trágicos em estádios de futebol como os que ocorreram em Ibrox Park (Escócia), em Valley Parade (Inglaterra), e em Heysel (Bélgica).

iriam aos jogos, mas sobretudo para as transmissões via televisão. Assim, as principais entidades do futebol legitimam a reforma e demolição de antigos estádios, fomentam a construção de estádios de tipo arena, e ajudam a estabelecer um padrão para as praças esportivas baseado no consumo (SANTOS, 2017; FERREIRA, 2020).

A incidência de um processo de padronização das praças esportivas seria um fator da homogeneização do futebol? Para desenvolver uma resposta possível para esse questionamento é preciso compreender melhor como o futebol está conectado à globalização. Em primeiro lugar, refiro-me à globalização da segunda metade do século XX, desencadeada a partir da transnacionalização da cultura e da economia que está atrelada a aspectos políticos e tecnológicos (GIDDENS, 2006; CANCLINI, 2007). Diferente da modernidade ocidental, na qual era vivida a modernidade alheia, na era da globalização as diferentes zonas do mundo seriam atravessadas pelo mesmo fluxo de informações e de consumo (ORTIZ, 2009). O sociólogo Renato Ortiz (2009) menciona a passagem do fordismo para o capitalismo flexível e a criação das corporações globais como fatores determinantes para uma mudança do consumo em escala global. O desenvolvimento das técnicas de comunicação e a intensificação da interação transnacional ajudam a formar uma demanda unificada ou “universal” que é instigada pelos setores que promovem a circulação de bens como computadores, vestidos Dior, bonecas Barbie, *videogames*, Pokemon, um conjunto de exemplos citados por Ortiz (2009) dentro do qual poderíamos incluir o futebol-negócio.

Desse modo, o processo de globalização causaria um impacto determinante sobre as identidades culturais. Conforme discutido por Stuart Hall (2006, p. 74):

Os fluxos culturais, entre as nações, e o consumismo global criam possibilidades de “identidades partilhadas” – como “consumidores” para os mesmos bens, “clientes” para os mesmos serviços, “públicos” para as mesmas mensagens e imagens – entre pessoas que estão bastante distantes umas das outras no espaço e no tempo. À medida que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural.

A globalização seria interpretada, portanto, como um processo de aproximação e homogeneização cultural que abalaria inclusive as identidades nacionais. Outro fator relevante, é que esses fluxos culturais não partem de uma condição perpendicular de poder, eles são acionados a partir de uma hierarquia dominada pelos grupos que coordenam os principais centros econômicos, o que pode implicar numa leitura da globalização como uma espécie de ocidentalização (HALL, 2006).

Por outro lado, a incidência desse movimento também pode acarretar a reafirmação das identidades culturais, o que deflagra a tensão entre o global e o local. Se a globalização tende a aproximar, o contato pode causar estranhamento sobre o que ou quem é diferente, e a “alteridade” pode também ser instigada e explorada comercialmente (HALL, 2006; CANCLINI, 2007). De toda maneira, essa resistência é explicada pela falta de coesão que dificultaria a criação de uma “sociedade global”, já que o mundo estaria interconectado, mas não integrado, sendo que “uma rede eletrônica não é a mesma de uma rede de relações sociais, muito menos de uma “comunidade global”” (ORTIZ, 2009, p. 247). Nesse sentido, apesar das iniciativas de inserção da cultura como um aspecto da economia e da tecnologia globalizada, ainda que a multiplicidade também seja aproveitada pelo capitalismo, os movimentos de resistências e de construção de novas identidades culturais são indícios de uma obstrução à homogeneização e de uma convivência contraditória e, por vezes, conflituosa, entre a tradição e o novo, entre o global e o local.

Mesmo que o futebol seja uma marca identitária de várias culturas diferentes, os agentes sociais se relacionam com ele de maneiras específicas. Se por um lado o futebol é tomado por um sentido mercantilizado, inclusive com a chancela e fomento de seus principais órgãos diretivos, ele é introduzido como um negócio-mercadoria dentro da lógica de uma demanda unificada da economia globalizada, o que implica na homogeneização de certos aspectos da modalidade, como os estádios. Em outra perspectiva, como ele é parte de identidades culturais demarcadas, sua apropriação como mercadoria e as tentativas de padronização sofrem resistências porque essas identidades podem se fortalecer quando ameaçadas pelos imperativos da homogeneização e da mercantilização.

A patrimonialização dos estádios do Pacaembu e do Maracanã

A introdução do futebol como negócio no Brasil passou por adaptações, recebeu apoio de alguns setores e sofreu com a resistência de outros. Operava-se uma retórica de crise⁹ no futebol brasileiro na década de 1980, com endividamento dos clubes, com a saída dos principais atletas para outros países, e com campeonatos deficitários. Na década de 1990, em medidas jurídicas-institucionais, como a Lei Zico (1993) e a Lei Pelé (1998), estava em debate se o futebol no Brasil deveria diminuir sua dependência dos investimentos públicos e se aproximar dos interesses da iniciativa privada (PRONI, 2000). Parte da imprensa esportiva brasileira se

⁹ Sobre a ideia de crise no futebol brasileiro ver HELAL, Ronaldo; GORDON, Cesar. A crise do futebol brasileiro: perspectivas para o século XXI. Revista Eco-Pós, v. 5, n. 1, 2002.

apropriou desse discurso e promoveu a modernização do futebol apontando os dirigentes como estorvos por seu despreparo e pela associação com esquemas de corrupção, e os torcedores, especialmente os torcedores organizados-uniformizados, como responsáveis pelo clima de insegurança e pela violência nos estádios (SALDANHA, 2009).

O crescimento ao longo dos anos 1980 das chamadas Torcidas Jovens e sua atuação em contendas principalmente durante a década seguinte engendraram as críticas da cobertura jornalística que, ao mesmo tempo, espetacularizavam os conflitos, defendiam a criminalização dos grupos, e invisibilizavam sua presença festiva (DA SILVA, 2022). À estigmatização dos torcedores “transgressores” somava-se a crítica aos estádios vistos como arcaicos, precarizados, sem conforto e segurança. O jornalista Sergio Noronha era um dos partidários dessa visão em 1997 no *Jornal do Brasil*. Ao defender a demolição do estádio do Maracanã ele apresentou seus argumentos:

O Maracanã é velho, de concepção antiga, sem conforto, sem segurança e facilidade para entrar e sair do estádio. Jogá-lo no chão e fazer outro, menor, mais confortável, com estacionamento, escoamento e segurança, pode ser aparentemente mais escandaloso, mas é bem mais prático.¹⁰

A ocorrência de episódios trágicos, assim como aconteceu no futebol europeu, endossou a visão negativa dos estádios brasileiros nos anos 1990. Em julho de 1992 no Maracanã, antes mesmo do início da partida entre Flamengo e Botafogo, uma confusão na arquibancada teria provocado agitação no público fazendo a grade de proteção do setor ceder. Três torcedores foram óbito e quase uma centena ficaram feridos. Os torcedores acusados de começar o tumulto foram culpabilizados pela imprensa, apesar da constatação de graves problemas de conservação do estádio.

Em 1995, no Pacaembu, em jogo das categorias de base, membros da torcida Mancha Verde do Palmeiras e da Independente do São Paulo entraram em confronto dentro do campo de jogo. O episódio que ficou conhecido como “guerra do Pacaembu” vitimou fatalmente um torcedor e gerou uma série de desdobramentos como a extinção e suspensão de torcidas organizadas, a proibição de venda de bebidas alcóolicas e uso de bandeiras e instrumentos percussivos em estádios (TOLEDO, 1997). Mauro Betti (1996) analisou como a cobertura televisiva do caso foi decisiva para a estigmatização dos torcedores apontados como incivilizados e vândalos, ao mesmo tempo isentando dirigentes e administradores de alguma parcela de responsabilidade.

¹⁰ IPHAN. Privatização ou demolição? Processo de Tombamento 1094-T-83, Anexo III, p. 39.

Ambos os episódios trágicos, por vezes descontextualizados, representaram o que seria o teor antiquado do futebol brasileiro. A medida em que se noticiava o agravamento da violência entre grupos torcedores e da deterioração dos estádios, o futebol-negócio ganhava adesão. Nesse sentido, na segunda metade da década de 1990 surgiam projetos de criminalização de torcedores organizados e de modernização de estádios. É também nesse mesmo período que os estádios têm aprovados os seus respectivos tombamentos, o Pacaembu em 1998 pelo Condephaat, e o Maracanã em 2000 pelo Iphan. Por que os dois estádios foram tombados nesse contexto? Responder à pergunta se faz ainda mais indispensável se refletirmos que ambos os processos de tombamento foram abertos na década anterior.

O processo de tombamento do Maracanã foi aberto em setembro de 1983 após a solicitação de Marcos Vinicius Vilaça, secretário de cultura do Ministério da Educação e Cultura¹¹. Vilaça justificou sua proposta em entrevistas concedidas à imprensa. Entre os argumentos apresentados ao *Jornal dos Sports* estava a defesa do estádio como “um símbolo sociológico marcante no pluralismo cultural brasileiro”, ou ideia de que a expressão do esporte em lugares como o Maracanã tem “a maior demonstração literalmente concreta da sua força e da sua pujança, traduzindo o espírito e o sentimento esportivo das grandes massas que lotam as mais diversas praças de esportes do país”¹².

Além disso, Vilaça situou o tombamento do Maracanã como parte de um movimento mais amplo de reconhecimento do valor cultural de bens até não consagrados pelas políticas de preservação em nível federal, um traço característico do campo do patrimônio nos anos 1980. O Iphan, criado pelo Decreto-lei nº 25 de 1937, balizou os trabalhos de preservação do patrimônio no Brasil com a atuação de agentes reconhecidos como especialistas que tinham como objetivo desvelar o passado e promover a identidade nacional brasileira. Por meio da articulação de um grupo de intelectuais modernistas respaldados pelo Estado se buscou valorizar uma tradição artística brasileira que pudesse ser inserida na universalidade da arte europeia (CHUVA, 2009), e foi eleita como vetor da “brasilidade” a arquitetura barroca do período colonial que tem como principal referência as construções mineiras (RUBINO, 1992).

Com a incorporação do ideal de diversidade cultural nas políticas de preservação nos anos 1980, questão tributária de uma concepção antropológica da cultura, o campo se abriu e

¹¹ Vilaça se tornou também diretor do Iphan, a época Sphan/Pró-Memória, após o falecimento de Aloísio Magalhães em 1982.

¹² IPHAN. MEC sugere o tombamento do Estádio Mário Filho. *Jornal dos Sports*. Processo de Tombamento 1094-T-83, p. 9.

propiciou a própria redefinição da categoria de patrimônio (ABREU, 2007). Essa mudança permitiu que grupos marginalizados reivindicassem o reconhecimento de bens associados às suas matrizes culturais, assim como o surgimento de demandas pela proteção de bens que poderiam parecer até então estranhos ao campo do patrimônio. Certamente, esse é um deslocamento provocado pela mobilização dos movimentos sociais em meio uma conjuntura de redemocratização do país, o que torna o patrimônio um “conceito engajado” de revisão de demandas e de lutas pela diversidade cultural e pelo direito à memória (NOGUEIRA, 2014)¹³. A socióloga Maria Cecília Fonseca (1996) salientou sobre a diversificação de bens que passaram a aparecer em propostas de tombamento, como construções recentes ligadas ao lazer como estádios de futebol.

O Condephaat, órgão estadual de preservação do patrimônio, foi criado alguns anos antes, em 1968, mas consolidou sua atuação no período de redemocratização, promovendo ações pioneiras de diálogo com a sociedade e incorporando novos objetos de estudos e abordagens conceituais (NASCIMENTO; SCIFONI, 2018). O processo de tombamento do Pacaembu foi aberto em 1984 após um pedido do Departamento do Patrimônio Histórico da prefeitura de São Paulo¹⁴. A justificativa sucinta apresentada pela diretora do Departamento, Regina Maria Meyer, estava centrada em dois argumentos: o primeiro de que o estádio detinha um enorme significado para a comunidade paulista e também brasileira, porque se tratava do primeiro estádio de grande porte a ser construído no Brasil; e o segundo de “assegurar que as futuras intervenções a serem efetuadas no imóvel, sejam criteriosamente feitas, sem nenhuma ruptura de suas características originais”¹⁵.

Anexado à justificativa da diretora foi encaminhado um estudo desenvolvido pelos técnicos do Departamento. O estudo estava dividido em Localização, Dados e Histórico, Programa e Projeto, Alteração e Conservação, Usos, e Notas. Em cada uma das sessões há informações pertinentes sobre a história do Pacaembu, questões envolvendo o contexto em que o estádio foi projetado, as motivações e as mudanças no projeto original. Gostaria de destacar

¹³ Um dos exemplos mais emblemáticos ocorridos nesse período foi o caso do tombamento do terreiro Casa Branca (BA). O processo de tombamento do terreiro evidenciou as tensões presentes entre aqueles que conservavam uma perspectiva tradicionalista dos bens protegidos e os que demandavam o reconhecimento de um bem cultural ligado a uma religião de matriz africana que não detinha características arquitetônicas excepcionais. Sobre esse caso ver VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 237-248, 2006; e SERRA, Ordep. Monumentos negros: uma experiência. *Afro-Asia (UFBA)*, Salvador - Bahia, v. 33, n.00, p. 169-206, 2006.

¹⁴ O ano oficial registrado como abertura do processo de tombamento do Condephaat é 1988, mas o pedido de tombamento do Departamento do Patrimônio Histórico da prefeitura de São Paulo é de 1984.

¹⁵ CONDEPHAAT. Processo de tombamento nº 26288188, p. 2-3.

a parte do estudo que aborda os usos do estádio. O Pacaembu foi apontado como um espaço de diversos usos, não apenas para o futebol. No estudo está mencionado o funcionamento, ainda que indicado como precário, de um programa de educação e prática esportiva; a praça em suas imediações servia como estacionamento e sede para feiras livres; a mesma praça foi usada para comícios durante a campanha eleitoral de 1982; o conjunto do estádio se tornou um referencial urbano promovendo o agenciamento do bairro no qual se localiza. Outros valores também foram atribuídos ao estádio, como a importância dele como representante de “uma nova realidade na concepção de espaços de massa”, ou sua relevância histórica-social:

Sobre o estádio do Pacaembu se deposita parte da história do futebol brasileiro, firmando-o como um referencial histórico no desenvolvimento da prática desse esporte; um referencial social, ao “integrar” camadas da população com poucas chances de integração; um referencial afetivo, ao propiciar a expressão sensibilidade dessa mesma população. E ainda, o Pacaembu está localizado em São Paulo e desse modo, relaciona-se diretamente com a cultura popular urbana paulista.¹⁶

Nesse momento de abertura dos processos de tombamento os dois bens foram articulados a uma série de valores, com destaque para a relação de ambos com a história de cada uma das cidades e sua associação com a cultura popular. A análise técnica do Condephaat reforçou os valores atribuídos ao Pacaembu no estudo do Departamento municipal. Além de enfatizar, por conta dos aspectos arquitetônico e urbanístico, a “rara importância” do estádio para a cidade e para o estado de São Paulo, a historiadora Sheila Schvarzman e a arquiteta Tereza Katinszky destacaram o papel histórico do Pacaembu no desenvolvimento do futebol paulista e brasileiro, assim como de outros esportes, e o “grande uso social” do espaço que funcionou como sede de “manifestações de massa”, cerimônias, comemorações, encontros sindicais, etc¹⁷.

A repercussão da possibilidade do tombamento do Maracanã na imprensa também fortaleceu valores indicados por Vilaça, ainda que houvesse um alerta para o estado de deterioração do estádio carioca (CRUZ, 2023). Joel Rufino do Santos, em texto publicado na *Folha de São Paulo* em 1983, apesar de discordar em alguns pontos da fala de Marcos Vilaça, entendia o Maracanã como um lugar no qual se produzia cultura, sendo um bem cultural do povo que deveria ser preservado¹⁸. A questão da deterioração também foi apropriada como um elemento de apoio à preservação, como no caso de Sandro Moreyra, que abordou o tema no

¹⁶ CONDEPHAAT. Processo de tombamento nº 26288188, p. 51.

¹⁷ CONDEPHAAT. Processo de tombamento nº 26288188, p. 54.

¹⁸ IPHAN. O tombamento do Maracanã. Folha de São Paulo. Processo de Tombamento 1094-T-83, p. 26.

Jornal do Brasil (1983) valorizando a história do estádio e ao mesmo condenando sua deterioração, articulando o tombamento como uma forma de recuperar o prestígio da praça esportiva¹⁹.

A abertura dos dois processos está inserida, portanto, em um contexto mais amplo de abertura do campo do patrimônio. Embora houvesse algum indício de modernização do futebol brasileiro, as justificativas para a abertura dos processos não se fixam na proteção dos bens frente grandes projetos de modernização ou privatização. Uma outra maneira de pensar esse contexto é por meio da própria requalificação do esporte e do futebol como elementos relevantes da cultura. O esporte e o futebol passaram a ser estudados nas ciências humanas como práticas culturais que permitem explorar nuances significativas das relações sociais (GENOVEZ, 1998). Não obstante, ao final da década de 1970 e início da década de 1980 surgem trabalhos fundamentais nos campos da antropologia e sociologia²⁰. Em síntese, a abertura dos processos de tombamento nos anos 1980 dos dois estádios pode estar mais atrelada a questões que envolvem as novas orientações das categorias de esporte e patrimônio, com a possibilidade inédita de articulação entre elas, e menos associada a algum tipo de ameaça contra a manutenção dos bens.

Todavia, nenhum dos bens foi tombado nesse primeiro momento. Por procedimentos internos dos órgãos de preservação ou por interferências ligadas a crises políticas, a resolução dos tombamentos se prolongou. Na década de 1990, como já mencionado, a partir da crítica aos estádios e aos torcedores, a mobilização a favor da modernização do futebol recrudescer no Brasil, e nem mesmo a proteção garantida no caso do Pacaembu, por sua preservação pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp) em 1988, garantiria a permanência desses espaços.

Ao longo da década de 1990 o Pacaembu e o Maracanã foram incluídos em projetos de privatização. A gestão municipal de Paulo Maluf projetou a concessão do Pacaembu à iniciativa privada. Essa medida gerou insatisfação em parte da população que organizou dois abaixo-assinados em defesa do Pacaembu, o que implicou na retomada do processo de tombamento pelo Condephaat em 1994 (LUPO, 2017). No caso do Maracanã, a partir de 1997, uma provável concessão passou a figurar nas páginas de alguns jornais. O consórcio de

¹⁹ IPHAN. Um campo que nasceu chorando com 200 mil. *Jornal do Brasil*. Processo de Tombamento 1094-T-83, p. 11.

²⁰ Alguns desses trabalhos foram publicados por José Sérgio Leite Lopes, Simoni Lahud Guedes, Roberto DaMatta e Maurício Murad (MELO; FORTES, 2010).

empresas que visava a concessão chegou a apresentar o projeto do “Maracanã do século XXI” no jornal *O Globo* (1997). Entre as mudanças projetadas estava a construção de um grande estacionamento que ficaria no lugar do estádio de atletismo, o Célio de Barros; e previa-se também a construção de um shopping e salas de cinema dentro do estádio de futebol.

Como já apresentado, a década de 1990 foi marcada pela potencialização das formas de modernização do futebol, da implementação do futebol-negócio no Brasil. A incidência desse processo se dá também sobre esses dois estádios públicos. Isto posto, é profícuo pensar que os riscos de remodelação e as movimentações para a privatização são aspectos que atravessam a gestão do espaço público, logo, a gestão das cidades. Ainda que tenham suas particularidades, os governos municipais de São Paulo e Rio de Janeiro nos anos 1990 e início dos anos 2000 foram responsáveis pela implementação de políticas neoliberais na gestão desses dois centros urbanos. Trata-se de um momento de “requalificações urbanas” em algumas das principais cidades do país, da execução de um modelo de gestão que buscava inserir as cidades na economia globalizada, contexto que pode ser entendido como a “era da cidade-atração” (SANT’ANNA, 2017).

Esse mote justifica a retomada dos processos de tombamento e a resolução de ambos nos anos 1990. O exercício de uma retórica da perda pode reforçar os vínculos identitários e fundamentar a atuação dos órgãos de preservação do patrimônio. Segundo o antropólogo José Reginaldo Gonçalves (1996) as instituições de preservação têm como um de seus alicerces a intervenção contra o risco de desaparecimento ou perda de bens culturais tidos como representativos de uma determinada coletividade sociopolítica. Ao “proteger os valores ameaçados e redimi-los em uma dimensão de permanência e transcendência” (GONÇALVES, 1996, p. 89), a agência institucional é marcada por uma retórica da perda que também pode pautar a ação de grupos organizados da sociedade civil. Com o avanço dos projetos de privatização existia o risco iminente de desaparecimento ou reestruturação dos estádios do Pacaembu e do Maracanã, o que afetaria os principais valores atribuídos a eles, lidos como documentos históricos de suas cidades e do futebol, e interpretados como símbolos de expressão da cultura popular. Portanto, as demandas de parte da sociedade e as ações dos órgãos de preservação garantiram a preservação dos estádios em um primeiro momento a partir da revelação do risco imediato da perda.

Com a aprovação do tombamento pelos órgãos de preservação podemos notar a legitimação do processo de valoração dos bens. Uma parte importante desses valores foram

identificados como elementos presentes desde a construção dos dois estádios. No caso do Maracanã essa valoração está fixada na “monumentalidade das massas”, expressão criada pelo parecerista Nestor Goulart Reis Filho como uma forma de manifestar a excepcionalidade do estádio. Apesar de se tratar de uma construção erigida pelo aporte do poder público, o Maracanã tinha uma origem estimada pelo esforço coletivo, sendo interpretado como uma realização não apenas das autoridades políticas, mas também do homem comum (MOURA, 1998). Tratava-se de um grande projeto pautado pelas concepções de gigantismo e monumentalidade que foi apropriado pelas massas. A “monumentalidade da massa” marca uma aproximação entre ideais de monumentalidade e democracia, e pressupõe um deslocamento de uma concepção de monumentalidade tradicional para uma leitura orientada pelas experiências do cotidiano²¹.

O Condephaat também se voltou para os ideais que fomentaram a concepção original do Pacaembu. Ao destacar em novo parecer de 1994 a concepção inicial de Mário de Andrade e Paulo Prado, Sheila Schvarzman reforçou a preocupação em preservar o estádio como espaço cultural e de vivência, pensado assim desde o projeto de sua construção, frente ao que ela denominou como “onda de privatizações”. Diante desse cenário, a historiadora apresentou algumas de suas considerações:

E neste contexto que este parecer histórico não pode omitir a realidade dos fatos que compõe a história e a sobrevivência deste bem. Levantar estas questões não configura uma intervenção alheia à competência deste Condephaat, ao contrário. Trata-se de documentar historicamente o que se passa, pois a Preservação do Patrimônio e a história deste bem não se sustentam apenas nos fatos comumente tidos como históricos: foi fundado em tanto, com o estilo tal, etc, etc, etc, mas também pelo diálogo que esta história e que sua realidade cotidiana estabelece com a população que o utiliza. Faz parte de sua história o momento em que se propõe a mudança radical do seu uso, daquilo que em suma lhe dá sentido e para o qual foi concebido: um espaço público para a prática e a fruição de esportes, fundamentalmente do futebol.²²

Ao estabelecer os valores que engendraram o tombamento dos bens, os órgãos de preservação deixaram evidente a tensão que existia entre a tentativa de manutenção desses espaços e os projetos de remodelação que passavam por privatizações. Caso houvesse uma profunda alteração estrutural, assim como uma mudança radical dos usos primários e no público que frequentava os estádios, as características que fizeram deles documentos históricos patrimonializados seriam decisivamente impactadas. E se no primeiro momento a organização

²¹ Sobre a ideia de monumentalidade e sua relação com experiências do cotidiano, ver GONÇALVES, José Reginaldo. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 108-123, 2002.

²² CONDEPHAAT. Processo de tombamento nº 26288188, p. 370-375.

da sociedade civil e a atuação dos órgãos de preservação foram suficientes para frear o processo de modernização das praças esportivas, na abertura de um novo contexto, a preservação se tornaria ainda mais desafiadora.

A arenização dos estádios tombados

Eventos como a Copa do Mundo de futebol e os Jogos Olímpicos foram consolidados dentro do calendário internacional na primeira metade do século XX, mas é sobretudo após 1970, com a sobreposição de uma lógica de espetacularização e consumo que eles se tornam megaeventos. Os Jogos Olímpicos, assim como a Copa do Mundo, também passaram por uma reestruturação a partir de 1980²³. Esses eventos se tornam “mega” pela sua alta capacidade de atrair o público participante, seja recebendo presencialmente os atletas, espectadores, membros da imprensa, seja virtualmente através dos meios de comunicação com ressonância global (RUBIO, 2005). Alguns eventos esportivos foram expandidos, desse modo, com o desenvolvimento de tecnologias de comunicação, mas também pela associação com patrocinadores e pelo anseio por autopromoção das cidades e países sedes (TAVARES, 2011).

Ao serem tomados de tamanha proporção, os megaeventos esportivos demandam um esforço coletivo das populações das sedes assim como um alto investimento do poder público. Sendo assim, pelo impacto causado, há a necessidade de se legitimar todo esse empreendimento. A ideia de legado é central nessa discussão porque seria esse o saldo da realização de um megaevento para o país ou cidade sede. Conforme apresentado por Kátia Rubio (2005) os legados são elementos tangíveis e intangíveis que surgem a partir do acolhimento de um megaevento, que oscilam entre benefícios ou prejuízos materiais e humanos. Comumente são mobilizados como algo estritamente positivo, porque a iniciativa de hospedar um megaevento, em muitas ocasiões, é pautada por agentes específicos que buscam converter interesses próprios em interesses gerais. Os principais interessados nos megaeventos, pela exploração de seu potencial econômico, são as construtoras e fornecedoras de materiais para construção civil, canais de mídia, e operadores envolvidos com o ramo da publicidade e com o mercado imobiliário (COAKLEY & SOUZA, 2015). Políticos e dirigentes esportivos também podem estar à frente das campanhas para sediar megaeventos esportivos, já que eles funcionam como uma oportunidade para que esses agentes convertam em capital político e social os

²³ A eleição de Juan Antonio Saramanch à presidência do Comitê Olímpico Internacional (COI) é importante para essa mudança.

aspectos simbólicos e miméticos das disputas entre os países, mesmo das candidaturas e até da conquista das medalhas (ALMEIDA; MEDRAZZI; MARCHI JR, 2009).

Os interesses de grupos corporativos e de representantes políticos associados às exigências das entidades internacionais como a Fifa e o COI são fundamentais para a configuração de um contexto de suspeição da normalidade, da formação de um “estado de exceção” (HOLLANDA & MEDEIROS, 2014). Em função disso, são justificadas intervenções graves e irreversíveis como mudanças de regras de licitação e de licenciamento ambiental, ou processos de gentrificação e remoções forçadas (TAVARES, 2011; MASCARENHAS, 2014). Multiplicam-se as formas de exceção com o aval de setores públicos para garantir a execução desses projetos, fazendo surgir uma espécie de “ilegalidade legal” (VAINER, 2011).

Os estádios patrimonializados estiveram envolvidos em contextos de flexibilização. O Maracanã havia passado por uma reforma coetânea à resolução do tombamento pelo Iphan em 2000, mas todas as alterações foram aprovadas pelos técnicos do órgão de preservação. As intervenções visando o Pan-Americano também foram aprovadas pelo Iphan, tratadas como “reversíveis”, ainda que o fechamento de seu setor popular tenha ocorrido nesse momento²⁴. Já o Pacaembu foi novamente envolvido em projetos de privatização a partir de 2005, momento caracterizado pelo avanço do “empresariamento urbano” (DALT, 2023). Em 2008 foi criado o Museu do Futebol como uma forma de potencializar os usos do Pacaembu (LUPO, 2017).

No contexto de planejamento para a Copa do Mundo ambos os estádios foram indicados como sedes para o evento. O Pacaembu não foi utilizado na Copa do Mundo, mas essa possibilidade foi avultada. Ainda assim, em 2009 o projeto de privatização avançou. Bianca Lupo (2017) pontua que das sete propostas de privatização cinco possuíam como referencial o modelo de arenas multiuso. Esse avanço provocou a manifestação dos órgãos de preservação do patrimônio, nesse caso representado pelo arquiteto ligado ao Condephaat, José Eduardo de Assis Lefèvre:

Como justificativa, Lefèvre indica que a proposta de cobertura das arquibancadas desfigura o caráter aberto do estádio, impactando negativamente na relação entre o interior e o exterior. Além disso, esclarece que o rebaixamento do gramado não é possível de acordo com as resoluções de tombamento integral deliberadas pelo Conpresp e pelo Condephaat, desconfigurando as relações geométricas que caracterizam o projeto e a excelente visibilidade que as arquibancadas conferem ao gramado. Também destaca que o tombamento não é restrito apenas às fachadas externas; mas que

²⁴ Sobre as intervenções anteriores à 2011 e a participação do Iphan, ver GIRÃO, Claudia. Maracanã: destruir ou preservar. Projetos, São Paulo, ano 12, n. 133.08, Vitruvius, fev. 2012.

mesmo se assim o fosse, os projetos em questão comprometeriam todas as fachadas, além de prejudicar as relações urbanas do edifício. Outros problemas apontados em seu parecer são a crítica à transformação do “patrimônio cultural” em “patrimônio comercial”, bem como a questão do acesso público ao conjunto esportivo – que atualmente é aberto à população, exceto em casos de competições esportivas. (LUPO, 2017, p. 123-124).

É possível afirmar com base nessa manifestação que Lefèvre compreende o tombamento do Pacaembu integrando aspectos materiais e imateriais, destacando o risco de desfiguração do estádio caso os projetos fossem levados adiante. A intervenção teria um caráter definidor porque alteraria a estrutura do espaço e a relação construída entre ele e os agentes sociais. O posicionamento do arquiteto pode ser analisado como uma defesa da preservação calcada nos valores atribuídos aos bens identificados no processo de tombamento, o que é fundamental para a gestão do Pacaembu como patrimônio.

A argumentação de Lefèvre é de um contexto pós-Copa do Mundo em que o estádio do Pacaembu esteve vinculado a uma retórica de abandono já que nesse ponto todos os principais clubes de São Paulo tinham seus estádios. Novas arenas para substituir os antigos estádios foram construídas na década de 2010 na esteira dos preparativos para Copa do Mundo. Ainda que nem todos os novos estádios servissem como sedes do torneio, a Copa do Mundo pode ser interpretada como um vetor da arenização no futebol brasileiro (SANTOS, 2017).

Diferente do Pacaembu, o Maracanã foi utilizado na Copa do Mundo, recebendo a final do torneio em 2014. Em 2010 um consórcio formado pelas empresas Andrade Gutierrez, Delta e Odebrecht deu início às obras no complexo esportivo. Sobre o estádio de futebol, mesmo que o projeto garantisse a permanência de alguns elementos estruturais, a reforma causaria um grande impacto. Nesse contexto era possível encontrar opiniões na imprensa que condenavam o projeto de reforma e após uma atualização decisiva na condução das obras as críticas seriam ainda mais constantes. Em 2011, já com uma parte da arquibancada implodida, foi constatado por laudos da engenharia que a marquise estava condenada. Pedro Vasconcellos (2019) identificou a partir de reportagens do período que a demolição da cobertura ganhou uma repercussão negativa, e interpretou que a retirada de elementos fundamentais poderia causar a perda da monumentalidade do estádio, e por conseguinte, o bloqueio de novas experiências e o deslocamento de memórias.

A representação regional do Iphan no Rio de Janeiro aprovou a reforma do Maracanã. Carlos Fernando de Souza Leão Andrade, superintendente do Iphan-RJ, em parecer de 2011, defendeu o valor etnográfico, sobretudo pelo uso da expressão “monumentalidade da massa”,

como o principal aspecto do tombamento do Maracanã²⁵. Como não havia sido enfatizado nos estudos técnicos as características arquitetônicas ou o espaço interno do estádio, o superintendente definiu que a patrimonialização do estádio se aproximaria mais do conceito de patrimônio imaterial²⁶. O superintendente compreendeu o tombamento do Maracanã apartando materialidade e imaterialidade, o que o levou ao entendimento de um “tombamento imaterial”, algo muito criticado pelos membros do Conselho Consultivo do Iphan.

A reforma do Maracanã esteve na pauta do Conselho justamente para discutir como o projeto de modernização do estádio foi aprovado. Os conselheiros chegaram a discutir a possibilidade de “destombar” o bem, já que o estatuto do tombamento não garantiu sua preservação. O conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses alertou para os desvios de conceito no parecer do superintendente, que entendeu que valores simbólicos teriam efeito de desmaterialização, ou que a dimensão imaterial podia estar separada da materialidade dos bens²⁷. Outro conselheiro, Liberal de Castro, ao associar a reforma com todo o contexto da Copa do Mundo, questionou a desfiguração de outros estádios brasileiros por conta das determinações da Fifa²⁸. O parecerista do processo de tombamento do Maracanã, Nestor Goulart Reis Filho, condenou a aprovação como um ato irregular que admitiu a demolição de um bem tombado.

Do ponto de vista da conservação de um bem tombado esse foi o destino do Maracanã. A gestão do bem patrimonializado nesse caso não garantiu a preservação de suas principais características materiais, e pelo sentido da modernização, houve um impacto significativo sobre os valores que foram atribuídos a ele, como documento histórico e em sua articulação com a cultura popular, já que ele se encaixaria agora em vários dos critérios das arenas multiuso. Apesar de ainda fechado, o Pacaembu teve sua reestruturação aprovada a partir 2017 com a gestão municipal de João Doria e Mario Covas, e atualmente o estádio de futebol e o complexo esportivo já sofreram um impacto considerável²⁹.

Conclusão

Uma das questões que esperou-se deixar mais evidente ao final desse artigo foi o atravessamento de interesses concorrentes no futebol. A patrimonialização de ambos os

²⁵ O Maracanã foi inscrito no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

²⁶ ANDRADE, Carlos Fenando de Souza Leão. Ofício GAB/IPHAN-RJ/nº0426/11.

²⁷ ATAS IPHAN. 68ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, 2011, p. 33.

²⁸ ATAS IPHAN. 68ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, 2011, p. 23.

²⁹ Em dissertação publicada em 2023, a arquiteta Stela da Dalt relatou uma visita feita ao Pacaembu em junho de 2022. Ela registrou em texto e imagens algumas das intervenções já operadas pelo consórcio Allegra Pacaembu.

estádios parte de uma mobilização de vários agentes sociais, das instituições de preservação e da sociedade civil, desde a abertura dos processos de tombamento até sua resolução, frente ao crescimento do risco das intervenções previstas nesse momento.

De todo modo, ao abordar a relação entre o futebol e a globalização da economia pautada no neoliberalismo, percebeu-se o quanto a lógica de consumo se tornou predominante com as transformações empreendidas no universo do esporte. A arenização dos estádios, encorpada pela retórica dos legados em megaeventos, se converte em um imperativo desse contexto esportivo impactando sobre o patrimônio cultural. Apesar das iniciativas de algumas organizações da sociedade civil e de alguns setores dos órgãos de preservação, a manutenção dos estádios não foi assegurada frente a pujança da arenização em meio a preparação para os megaeventos, no caso do Maracanã, e aos governos municipais promotores de privatizações, no Pacaembu.

Vale destacar também que a falta de uma leitura integrada do patrimônio cultural implica numa preservação desequilibrada. Desassociar os valores atribuídos aos bens, que são sempre simbólicos, da materialidade, pode acarretar o desmantelamento dos sentidos e dos elementos concretos que fizeram que um determinado bem cultural se tornasse patrimônio. Ainda que os estádios fossem privatizados e modificados era preciso levar em consideração o que eles representavam como equipamentos públicos patrimonializados, e nesse sentido assegurar a preservação deles pautados em sua valoração. Como ficou estabelecido, a atuação dos consórcios e de alguns representantes do poder público não foi pautada por esses princípios.

A arena multiuso busca introduzir um novo *habitus*, definir outros usos sociais para esses espaços, que como ficou enfatizado nos processos de tombamento, já eram utilizados para várias atividades diferentes, em shows, celebrações religiosas, comemorações da cidade. Entretanto, ainda que com a arenização objetive-se a desterritorialização, os agentes sociais resistem e reafirmam suas identidades que estão sob ameaça, e disputam o *habitat*. Essa é uma mobilização que pode ser vista no Maracanã que seguiu em uso após os megaeventos. Ainda que a reforma possa ser interpretada pela supressão do caráter popular do estádio e pelo golpe em sua monumentalidade (RODRIGUES, 2014; LOPES, 2019), é possível vislumbrar iniciativas de repopularização do estádio (CASTRO; FERREIRA, 2017). O retorno das redes ao estilo “véu de noiva” nos gols, assistir as partidas de pé em setores do estádio, ou a intensa demanda pela retomada no uso de equipamentos tradicionais das torcidas, deflagram uma disputa pela territorialidade do estádio e pela permanência de certo *habitus*.

O Pacaembu ainda não foi reaberto, mas possivelmente essa pode ser uma situação constante no estádio da capital paulista. Portanto, apesar dos fluxos que aproximam o futebol do mercado, do consumo e da homogeneização, os agentes sociais disputam o significado do esporte e os usos que se deve fazer dele. A articulação de setores que compreendem esses usos com base em sua importância cultural gerou a patrimonialização de dois estádios que se tornaram símbolos de um futebol popular e que está integrado aos meios sociais, à história e à memória das cidades em que estão situados. Esse é um campo de disputas que não se encerrou com o tombamento dos estádios e não se encerrará com as reformas de ambos. Seguem-se as lutas pela apropriação desses espaços-territórios.

Referências Bibliográficas

- ABREU, R. Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: LIMA FILHO, M; ECKERT, C; BELTRAO, J. *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*, Blumenau, Nova Letra, ABA, 2007.
- ALMEIDA, B; MEZZADRI, F; MARCHI JÚNIOR, W. Considerações sociais e simbólicas sobre sedes de megaeventos esportivos. *Motrivivência*. Ano XXI, Nº 32/33, P. 178-192, Jun-Dez., 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2009n32-33p178>
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E; GENTILI, P. (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BALE, J. The place of 'place' in cultural studies of sports. *Progress in Human geography*, v. 12, n. 4, p. 507-524, 1988.
- BETTI, M. A televisão e a guerra do Pacaembu: “povão” versus “cidadãos”. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, São Paulo, maio de 1996. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/852/506>
- BOURDIEU, P. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. *Estudos avançados*, v. 27, p. 133-144, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142013000300010>
- CAMPOS, F. Arquitetura da exclusão: apontamentos para a inquietação com o conforto. In: CAMPOS, F; ALFONSI, D. (Orgs.). *Futebol objeto das ciências humanas*, 2014.
- CANCLINI, N. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2007.
- CASTRO, D. *"O Maracã é Nosso!"*: neoliberalização da cidade, elitização do futebol e lutas sociais em torno do Maracã. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- CASTRO, D; FERREIRA, F. Os megaeventos esportivos e seus impactos no Maracã: reformas, resistências e reconquistas. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. n.17, p. 135-150, 2019.

CHUVA, M. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CHUVA, M. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio*, nº 34, Rio de Janeiro: IPHAN. 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=&busca=revista+do+patrimonio>

COAKLEY, J; SOUZA, D. Legados de megaeventos esportivos: considerações a partir de uma perspectiva crítica. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 29, p. 675-686, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-55092015000400675>

CRUZ, A. *A nova economia do futebol: uma análise do processo de modernização de alguns estádios brasileiros*. Rio de Janeiro: Dissertação [Mestrado em Antropologia Social] --- Museu Nacional, UFRJ; 2005.

CRUZ, G. *O patrimônio esportivo em jogo: o Estádio do Maracanã entre o tombamento e a modernização (1983-2011)*. Rio de Janeiro: Dissertação [Mestrado em História] – UNIRIO, PPGH, 2023.

DALT, S. *Privatização do público: trajetória da concessão do complexo esportivo do Pacaembu*. São Paulo: Dissertação [Mestrado em Arquitetura e Urbanismo]. USP, IAU, 2023.

DAMO, A. Dos grounds às arenas - as quatro gerações de estádios brasileiros em perspectiva antropológica. *Museologia e Patrimônio - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - Unirio | MAST* – vol.14, no1, 2021. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/869/791>

DA SILVA, J. Representação torcedora e território urbano: debates sobre violência e cidade a partir da torcida organizada Raça Rubro-Negra. *Faces de Clio*, v. 8, n. 15, p. 112-130, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/2359-4489.2022.v8.35972>

FERREIRA, F. Estádios e arenas como lentes privilegiadas para capturar as transformações do espaço urbano. In: GIGLIO, Sérgio Settani; PRONI, Marcelo Weissaupt (Orgs.). *O futebol as ciências humanas no Brasil*, p. 508-523, 2020.

FONSECA, M. C. Da modernização à participação. A política federal de preservação nos anos 70 e 80. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, MEC, n.24, 1996. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=&busca=revista+do+patrimonio>

GENOVEZ, P. O desafio de Clio: o esporte como objeto de estudo da História. *Lecturas: Educacion Física Y Deportes*, Buenos Aires, ano 2, n.9, 1998. Disponível em: <https://efdeportes.com/efd9/cliolp.htm>

GIDDENS, A. *O mundo na era da globalização*. Presença: Lisboa, 2006.

GIULIANOTTI, R; ROBERTSON, R. *Globalization and football*. Sage, 2009.

GONÇALVES, J. R. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, D. Neoliberalismo como destruição criativa. *InterfacEHS— Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, v. 2, n. 4, 2007.

HOLLANDA, B; MEDEIROS, J. Do ‘Colosso do ‘Derby’ a ‘Arena do Maracanã’: a cidade, o estádio e as percepções dos torcedores de futebol sobre a Copa do Mundo 2014. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, v. 16, n. 2, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/irei.2014.16594>

LOPES, D. Onde está o Maracanã: Ecos de um patrimônio urbano. In: *XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*, Anais do XVIII ENANPUR - Natal, 2019.

LUPO, B. Estádio do Pacaembu: Do palco de emoções ao gigante sem dono. *Revista CPC*, n. 24, p. 107-133, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i24p107-133>

MASCARENHAS, G. Do campinho ao grande estádio: lugares e expressões na cultura do futebol. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, v. 4, n. 1, 2007.

MASCARENHAS, G. *Entradas e bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

MASCARENHAS, G. Um jogo decisivo, mas que não termina: a disputa pelo sentido da cidade nos estádios de futebol. *Revista Cidades*, v. 10, n. 17, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.36661/2448-1092.2013v10n17.12020>

MELO, V; FORTES, R. História do esporte: panorama e perspectivas. *Fronteiras*, Dourados, v. 12, n. 22, p. 11-35, jul.-dez. 2010.

MOURA, G. *O Rio corre para o Maracanã*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

NASCIMENTO, F; SCIFONI, S. CONDEPHAAT 50 anos: balanço crítico e perspectivas atuais. *Revista Cpc*, v.13, n.26 Especial, p. 5–19, Out./Dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v13i26esp5-19>

NOGUEIRA, A. G. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. *Antíteses*. v. 7, n. 14, p. 45-67, jul. -dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1984-3356.2014v7n14p45>

ORTIZ, R. Globalização: notas sobre um debate. *Sociedade e Estado*, v. 24, p. 231-254, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922009000100010>

PINHEIRO, C. L. O sequestro dos estádios de futebol: a dimensão simbólica das novas arenas e a guinada antifascista transnacional nas torcidas. *Locus: Revista de História*, v. 27, n. 1, p. 338-364, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2021.v27.31064>

PRONI, M. *A metamorfose do futebol*. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2000.

ROCHA, Luiz Guilherme Burlamaqui. *A dança das cadeiras: a eleição de João Havelange à presidência da FIFA (1950-1974)*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História, 2019.

RODRIGUES, S. C. Construções e desconstruções do Maracanã – reverberando e silenciando seus ecos. In: *Anais da II Conferência Internacional Megaeventos e a Cidade*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, PPGAU/UFF, 2014.

RUBINO, S. *As fachadas da história: as origens, a criação e os trabalhos do SPHAN, 1936-1967*. Dissertação (Mestrado), UNICAMP/IFCH/Antropologia Social, Campinas, 1992.

RUBIO, K. Os jogos olímpicos e a transformação das cidades: os custos sociais de um megaevento. *Scripta Nova: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, agosto, vol. IX, núm. 19, 2005. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-85.htm>

SALDANHA, R. *Placar e a Produção de uma Representação de Futebol Moderno*. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – UFRGS, Porto Alegre, 2009.

SANT'ANNA, M. A cidade-patrimônio no Brasil: lições do passado e desafios contemporâneos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 35, p. 139-156, 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=&busca=revista+do+patrimonio>

SANTOS, I. *Novas culturas torcedoras: das arenas do futebol-negócio à resistência nas arquibancadas e redes*. Dissertação (Mestrado) – UERJ. Faculdade de Comunicação Social, 2017.

TAVARES, O. Megaeventos esportivos. *Movimento*, p. 11-35, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.23176>

TOLEDO, L. H. Identidades e conflitos em campo: A “Guerra do Pacaembu”. *Revista USP*, n. 32, p. 108-117, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i32p108-117>

VAINER, C. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. *XIV Encontro Nacional da ANPUR (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional)*, 2011. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/635>

VASCONCELLOS, P. J. *Entre a lamentação e a exaltação: as representações do passado e do futuro nas transformações de Wembley e Maracanã*. Tese (Doutorado em Memória Social) – UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, 2019.

Fontes

Ata da reunião do Conselho Consultivo do Iphan (2011) Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/atasConselho>

ESPN Dossiê Maracanã: superintendente do IPHAN que autorizou bota-abaiixo do Maracanã é funcionário do Governo do Estado. Disponível em: http://www.espn.com.br/noticia/330860_dossie-maracana-superintendente-do-iphan-que-autorizou-bota-abaiixo-do-maracana-e-funcionario-do-governo-do-estado

Processo 1094-T-83 – Estádio Mário Filho. Arquivo Central do Iphan.

Processo 26288188 – Estádio Machado de Carvalho. Arquivo Condephaat.